

O CAMPO DOS ESTUDOS E A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO EM MOÇAMBIQUE: AS CONTRIBUIÇÕES DE ANA LOFORTE E ISABEL CASIMIRO

THE GENDER STUDIES FIELD AND THE CONSTRUCTION OF GENDER EQUALITY IN MOZAMBIQUE:
CONTRIBUTIONS OF ANA LOFORTE AND ISABEL CASIMIRO

RESUMO

Neste trabalho apresentamos as trajetórias de duas intelectuais moçambicanas, nomeadamente: Ana Loforte (antropóloga) e Isabel Casimiro (socióloga). Com base nessas trajetórias, buscamos analisar suas contribuições para a construção do campo dos estudos e de igualdade de gênero em Moçambique. O objetivo é compreender as influências que as suas trajetórias tiveram no âmbito epistêmico e político da constituição do campo, junto aos movimentos sociais e na construção de políticas públicas para as mulheres. Trata-se de um trabalho¹ interdisciplinar, cuja metodologia baseia-se em entrevistas realizadas com estas protagonistas, pesquisas em arquivo e com base na literatura (histórica, antropológica e sociológica) produzida por elas e acerca delas. O trabalho oferece um panorama histórico e visibiliza temas, perspectivas teóricas, conexões e as contribuições dessas intelectuais na formação de um pensamento social moçambicano, particularmente no campo dos estudos de gênero.

Palavras-chave: Trajetórias. Ana Loforte. Isabel Casimiro. Estudos e Igualdade de Gênero. Moçambique.

ABSTRACT

In this article, we present the trajectories of two Mozambican intellectuals, namely: Ana Loforte (anthropologist) and Isabel Casimiro (sociologist). Based on these trajectories, we seek to analyse their contributions to the construction of the field of studies and gender equality in Mozambique. The objective is to understand the influences that their trajectories had in the epistemic and political scope of the constitution of the field, together with social movements and in the construction of public policies for women. It is an interdisciplinary work, whose methodology supports itself on interviews carried out with these protagonists, archival research and based on literature (historical, anthropological and sociological) produced by and about them. The text offers a

¹ Uma primeira discussão sobre essa pesquisa foi apresentada no Simpósio Temático “Ciência, tecnologia e feminismos: empoderamento e agência de meninas e mulheres”, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 – “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos” – promovido pelo Instituto de Estudos de Gênero da UFSC em Florianópolis, de 19 a 30 de julho de 2021.

Vera Gasparetto

Pós- Doutoranda PPGICH/UFSC. E-mail: gasparettovera@yahoo.com.br

Hélder Pires Amâncio

Doutor em Antropologia UFSC. E-mail: hpamancio@gmail.com

Hélio Maúngue

Doutorando em Sociologia UFSC. E-mail: helio.maungue@gmail.com

historical overview and makes visible themes, theoretical perspectives, connections and the contributions of these intellectuals in the formation of Mozambican social thought, particularly in the field of gender studies.

Keywords: Trajectories. Ana Loforte. Isabel Casimiro. Studies and Gender Equality. Mozambique.

Introdução

Dois objetivos principais organizam as nossas reflexões no presente artigo: (i) descrever as trajetórias de duas intelectuais moçambicanas – Ana Loforte e Isabel Maria Cortesão Casimiro – e, (ii) identificar as contribuições epistemológicas e políticas de ambas para a constituição do campo dos estudos e de construção da igualdade de gênero, dos movimentos sociais de mulheres e feministas em Moçambique. O conceito de trajetória é por nós entendido no sentido que lhe é definido por Pierre Bourdieu (1986, p. 71), enquanto uma “série de posições ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço ele mesmo em devir e submetido a incessantes transformações”.

Para o alcance dos objetivos acima indicados, baseamo-nos em dados pessoais, profissionais e intelectuais das protagonistas, reconstituídos através de entrevistas narrativas, pesquisas em arquivo e referências bibliográficas que nos levam a afirmar o pioneirismo de suas contribuições. As entrevistas foram realizadas no âmbito das pesquisas de doutorado de dois dos autores do texto, entre os anos 2017 e 2018, em Maputo. O arquivo visitado foi o Histórico de Moçambique (AHM) e as bibliotecas e acervos da *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust (WLSA)*²-Moçambique e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM). O presente trabalho, encontra os seus fundamentos na abordagem interdisciplinar do assunto em questão, cujo material de análise surge das pesquisas de doutorado já realizadas com estas e outras atrizes e atores políticos do campo dos estudos de gênero e dos movimentos de mulheres e feministas no país.

O campo dos estudos de gênero em Moçambique é uma construção histórica, cujo marco pode ser localizado na participação ativa das mulheres moçambicanas nas resistências ao sistema colonial e luta anticolonial (TRIPP ET AL, 2009, MAMA, 2011). Portanto, trata-se de um campo que nasce da necessidade prática das mulheres e dos homens, de refletirem sobre as suas próprias condições de existência. Assumimos, desta forma, que a teoria emerge da prática política dos diferentes segmentos sociais que atuam inseridos em seus contextos de experiência (MUGABE, 2019).

² A WLSA é uma organização regional, criada no Zimbabwe em 1988, onde Moçambique esteve representado por Isabel Chicalia, Noémia Francisco, Isabel Casimiro. Ela realiza pesquisas sobre a situação dos direitos das mulheres, em sete países da África Austral: Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

Para contextualizar essa discussão sobre os estudos de gênero dentro do continente africano, partimos da análise do sociólogo sul-africano Jímì Adèsínà (2010), que identifica na produção teórica três âmbitos, a saber: gênero como regurgitação (análise dos dados locais à luz das teorias ocidentais), gênero como protesto (crítica às teorias exógenas, sem apresentar propostas teóricas alternativas) e gênero com distintos significados epistêmicos (produção de novas propostas teóricas ancoradas nos dados locais). Em Moçambique, do ponto de vista acadêmico, o campo emerge em meados dos anos 1980, dentro do Centro de Estudos Africanos (CEA), na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) (CASIMIRO E ANDRADE, 2007).

O CEA teve um papel central na constituição do campo de estudos de gênero, abrangendo trabalhos que buscavam compreender a vida das mulheres e dos homens antes da penetração colonial, o impacto do colonialismo na divisão sexual do trabalho, no acesso, controle e partilha de recursos e de poder, bem como pesquisas sobre o papel da mulher na resistência anticolonial, nos movimentos nacionalistas, na luta armada e no período pós-independência. A criação do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), em 1989, e mais tarde do Departamento de Estudos da Mulher e Gênero (DEMG/CEA), em 1991, fortaleceu as bases para a emergência do campo em Moçambique³, numa perspectiva de investigação-ação.

Um primeiro esforço de sistematização do conjunto das produções realizadas em Moçambique, por nós encontrado, é uma bibliografia anotada, de Gloria Liberman (1993), intitulada “Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, realizada pelo DEMG/CEA. A sistematização reúne trabalhos de moçambicanas/os, africanas/os e africanistas realizados no período colonial entre 1894 e 1970 que corresponde a 38% e, no período da transição para a independência e no pós-independência, entre 1971 e 1990 que corresponde 62%. O trabalho reúne 555 referências bibliográficas de documentos disponíveis para consulta de dados e informações sobre os temas relativos a Mulher/Homem, família, entre outros. Os dados apresentados na obra foram recolhidos nos arquivos do CEA, do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da UEM, do Arquivo Histórico de Moçambique, no Ministério da Saúde, nos Ministérios da Educação e da Agricultura, e, ainda, no Instituto Nacional de Desenvolvimento (INDE), no Instituto Superior Pedagógico (ISP), na Comissão Nacional do Plano (CNP) e na Organização da Mulher Moçambicana (OMM).

Grande parte das pesquisas feitas no pós-independência focalizam a emancipação da mulher, a transformação da sociedade, o engajamento bem como sua luta por uma sociedade mais justa (LIBERMAN, 1993). A obra revela a diversidade e volume de pesquisas em torno do tema da mulher/mulheres, bem como a relação histórica de setores da UEM, especialmente o CEA, com as organizações sociais de mulheres e feministas, através de consultorias, assessorias e ações conjuntas. Muitas das questões apontadas pelas acadêmicas na obra são espelhadas nos trabalhos das organizações, que articulam questões recomendadas nos documentos (GASPARETTO, 2019).

³ Ali também são acolhidas pesquisadoras/es do exterior que estudam a temática.

Neste trabalho identificamos as contribuições de Ana Loforte e Isabel Casimiro para a emergência e desenvolvimento do campo dos estudos de gênero⁴ e feminista, bem como do Pensamento Social Moçambicano, constituindo-se referências pioneiras incontornáveis, caracterizada por uma produção teórica endógena (ADÈSÍNÀ, 2010). Ambas as autoras desenvolvem trabalhos singulares ao tratar os dados etnográficos como relevantes para compreender a realidade social e produzir teorias fundamentadas localmente com a finalidade última de transformar a mesma realidade estudada.

Contextualizando o trabalho das intelectuais

Nesta seção apresentamos uma breve contextualização do trabalho das autoras analisadas, que se inscrevem na perspectiva da endogeneidade, cuja produção vai para além da perspectiva do gênero como regurgitação (ADÈSÍNÀ, 2010). Elas desafiam as teorias exógenas e seus marcos conceituais. Tais teorias reforçam a divisão internacional do trabalho intelectual e são comuns nos estudos sobre África. Loforte e Casimiro também não se restringem ao que Adèsínà (2010) chamou de gênero como protesto, que consiste nos estudos que geram grande quantidade de materiais, mas não necessariamente novos conhecimentos.

Figura 1: Delegação moçambicana⁵ presente no 13º. Congresso Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, realizado na UFSC (2017)



Fonte: Banco de Imagens Notícias de Santa Catarina (NSC) - 2017.

Loforte assim como Casimiro são reconhecidas, porque além da produção intelectual e engajamento político junto aos movimentos sociais, são formadoras e inspiradoras de várias gerações de cientistas sociais. Em entrevista Ana Loforte

⁴ Conforme pode ser observada nas suas trajetórias, descritas na sequência desse artigo.

⁵ Ana Loforte (quarta à esquerda) e Isabel Casimiro (quinta à esquerda).

argumenta que os estudos realizados por ela e suas colegas na UEM foram fundamentais para colocar na agenda pública e das ciências sociais a busca pelo reconhecimento da importância do trabalho das mulheres para o almejado desenvolvimento do país: “[...] sem falsa modéstia (risos), acabamos sendo as pioneiras. Eu, a Isabel e outras colegas que realizaram esses mesmos estudos. [...] Os resultados desses estudos informaram que a mulher participa neste desenvolvimento de forma bastante ativa” (GASPARETTO E AMÂNCIO, 2019, p. 218).

Apesar desse movimento em direção à mudança acima apontada, Loforte sustenta que persiste uma falta de reconhecimento do trabalho que as mulheres realizam no cotidiano. A ausência de partilha dos benefícios com as mulheres que integram o próprio processo de desenvolvimento era e ainda é uma barreira. Ela argumenta que, “as entrevistas com as mulheres das cooperativas na periferia da cidade de Maputo nos forneceram muita informação sobre a participação [delas] na produção agrícola na periferia, que alimentava [e ainda alimenta] a capital do país e outras cidades” (GASPARETTO E AMÂNCIO, 2019, p. 218).

Como Ana Loforte, Isabel Casimiro também reconhece o seu pioneirismo no campo dos estudos de gênero, quando refere, por exemplo que: “tenho mais consciência nos últimos anos por que as pessoas me dizem isso, eu sei que fiz esse percurso, que parti pedra, como diz o Boaventura de Souza Santos, que eu abri caminhos. E não que eu tenha sido a primeira, mas não fechei portas, nem janelas” (CASIMIRO, 2018). Isabel reconhece também que o estabelecimento do campo foi coletivo: “outras pessoas fizeram isso, como a Ana Loforte, que formou gerações, a Conceição Osório e Luís de Brito foram fundamentais no grupo da UFICS⁶, nos estudos de gênero”. No seu percurso, Isabel destaca o papel da WLSA e das articulações entre o governo, a academia e os movimentos associativos: “eu fico muito grata, é bonito, mas é uma grande responsabilidade. A gente teve a WLSA e sobretudo a ligação entre instituições governamentais, academia e associações. Eu estava sempre em todas, por que era do CEA, e eu era aquela referência” (Isabel Casimiro, entrevista 2018).

A institucionalização do campo dos estudos de gênero em Moçambique, as memórias e os trabalhos das duas pioneiras estão em sincronia com o contexto africano e internacional. Exemplo disso, é que nesse contexto se estabelece, em 1979, o primeiro curso de mulheres na sociedade, na Universidade Ahmadu Bello, na Nigéria, assim como é criado o programa continental para fortalecer o feminismo nos estudos de gênero e mulheres em África, implementado em meados da década de 1990 (MAMA, 2011).

Nesse período, os movimentos feministas se tornaram mais assertivos e influentes, levando a um aumento significativo de estudantes, acadêmicos/as, ativistas e escritores/as engajados/as em bolsas feministas, oferecidas pelos programas em toda a região. Foram criados Centros de Estudos sobre Gênero e Mulheres, programas de ensino e projetos de pesquisa, incluindo as primeiras iniciativas na África francófona (por exemplo: Senegal e Burkina Faso). Muitas feministas acadêmicas trabalharam em disciplinas e perspectivas dentro e fora das instituições acadêmicas, borrando

⁶ Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais/UEM.

as fronteiras entre ativismo e academia, assim como fronteiras geográficas para se apoiarem. Disso resultou uma percepção do valor de seu trabalho, diga-se coletivo, tanto local como internacionalmente (MAMA, 2011). Esse trânsito também é notável nas trajetórias de Ana Loforte e Isabel Casimiro, não se limitando apenas a elas.

Como na Nigéria dos anos 1970, onde o feminismo tornava-se uma tendência recente e os movimentos atuavam dentro dos marcos de uma sociedade patriarcal (OGUNDIPE, 2013), em Moçambique o feminismo também era deslegitimado e desrespeitado. Entretanto, mais tarde, a presença desses movimentos converteu-se em moda e em uma indústria em África: “Agora, todo o mundo subiu no carro: os homens de hoje se lançam sobre o campo do feminismo e dos estudos de gênero, com certeza sem ter estudado ou valorizado os trabalhos precedentes das mulheres intelectuais”⁷ (OGUNDIPE, 2013, p. 41-42, tradução nossa).

Apesar dessa tendência, a experiência da rede intelectual feminista em África ressalta a importância dos espaços e projetos intelectuais autônomos que permitam a articulação de agendas de pesquisa e o desenvolvimento de metodologias sintonizadas ou enraizadas com os contextos locais, lutas de gênero e outros desafios (MAMA, 2011). Essas práticas epistêmicas moldam e são moldadas pelos compromissos críticos contínuos com a teoria e ideias dos tempos atuais, informadas pelas históricas lutas coletivas de ativistas e acadêmicas em todo o continente e para além de suas fronteiras, onde são tecidas várias conexões e relações (MAMA, 2011; TRIPP ET AL, 2009; GASPARETTO, 2019).

Décadas após os processos das independências permanecem as políticas globais de produção de conhecimento desiguais, tornando ainda necessário reafirmar o direito e a capacidade do continente africano em atrair e contribuir para a cultura intelectual internacional. Nesse quadro, os estudos de gênero e feministas constituem um campo que necessita, cada vez mais de outras epistemologias e perspectivas de análise (MAMA, 2002). Loforte e Casimiro estão entre as autoras principais que buscaram essas alternativas ao longo das suas trajetórias como se poderá observar mais adiante. Elas fazem parte da WLSA-Moçambique, criada em 1989 dentro do CEA/UEM (CASIMIRO, 2018). Maria José Arthur, considera a WLSA uma escola para o feminismo moçambicano. A WLSA, segundo Ana Loforte (2017) é uma organização que surgiu de um convite às mulheres que se dedicavam à investigação e à docência abordando questões de gênero para integrarem as diferentes WLSA's na região. Ao abordar a trajetória e história da organização ela conta que:

[A WLSA] retirou-se do Departamento da Universidade onde estava integrada e constituiu-se como uma ONG, com autonomia e isso permitiu toda uma série de liberdades, de definição dos próprios temas de pesquisa e ampliou um pouco o nosso campo de intervenção e de ativismo fora da própria Universidade [UEM].

⁷ Do original: “Ahora, todo el mundo se ha subido al carro: los hombres de hoy en día se lanzan sobre el campo del feminismo y de los estudios de género, por supuesto sin haber estudiado o valorado los trabajos precedentes de las mujeres intelectuales” (OGUNDIPE, 2013, p. 41-42).

Utilizamos os resultados desta investigação para alimentar as ações de formação que nós realizamos em diferentes grupos alvos, desde a questão da polícia, saúde, sobre o combate a violência doméstica e também na área dos direitos sexuais e reprodutivos, mulheres e participação política. Fazemos também muitas atividades de *lobby* e advocacia para influenciar as políticas públicas. Mantemos essa ligação entre o ativismo e a academia, mas com uma certa autonomia e independência (Ana Loforte, entrevista 2017).

Antes da criação da WLSA, Isabel Casimiro esteve envolvida na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Nairóbi realizou-se em 1985, no *Seminário sobre a Mulher e a Reconstrução Nacional em Moçambique* realizado na UEM, em março de 1986, financiado pela UNESCO em contextos de libertação e reconstrução nacional. Neste último seminário, participaram organizações representantes da Sociedade Civil, órgãos do Estado, vários setores acadêmicos da UEM (GASPARETTO, 2019). A propósito desse evento, Isabel Casimiro comenta que:

Houve uma coisa boa e bonita que aconteceu nesse encontro, eu nunca mais me esqueço. Foi no Anfiteatro do CEA e nós convidamos mulheres da UGC⁸, camponesas, da OMM e elas vinham a cantar quando foram para a reunião. E depois eu perguntava porque estavam a cantar em changana⁹, e elas: “Olha, nós estamos numa reunião na Universidade, nós que nunca pudemos estudar na Universidade hoje estamos aqui” (Isabel Casimiro, entrevista 2018).

De acordo com Isabel Casimiro, esse encontro foi um marco na preparação para a Conferência das Nações Unidas em Nairóbi, no Quênia. O Relatório Final do seminário aborda o conjunto dos temas relacionados à mulher, ainda sob a orientação política do socialismo, bem como o seu papel na implementação do sistema da justiça popular, alfabetização, legislação do trabalho, saúde, participação política e metodologia de investigação. Para essa última questão foram levantadas várias sugestões, entre as quais a possibilidade de articulação de pesquisas em conjunto entre a OMM e a UEM. Nesse contexto, um curso sobre metodologia de pesquisa foi oferecido pela UEM para as ativistas da OMM e sugerida a criação do Conselho Nacional de Investigação, previsto na Lei do Sistema Nacional de Educação então vigente, para evitar sobreposição de temas e áreas estudadas (CEA E UNESCO, 1986).

Dois anos depois, Ana Loforte, Isabel Casimiro e Percina Sitói, realizaram o trabalho *O Estatuto da Mulher em Moçambique* (1988) encomendado pela OMM e financiado pela UNICEF. As autoras avaliam que a Luta Armada de Libertação Nacional (LALN) “foi o ponto mais alto da luta política desenvolvida em Moçambique, pois

8 União Geral das Cooperativas, uma organização surgida em 1980 e composta por associações agropecuárias.

9 Língua local de ocorrência na região Sul de Moçambique, particularmente na província de Gaza, mas não se restringindo a ela.

pela primeira vez o povo pôde praticar e desenvolver seus direitos políticos e civis” (LOFORTE ET AL, 1988, p. 17). O relatório revela que, as mulheres moçambicanas têm uma presença fundamental na agricultura de subsistência do agregado familiar e na produção de excedente para a comercialização. A esse respeito, as autoras constataam que:

A mulher tem um dia de trabalho totalmente preenchido, do nascer ao pôr do sol: nas zonas rurais trabalha 5 a 6 horas por dia nos campos, além disso dispende 7 a 8 horas a transportar água, a procurar, apanhar e transportar lenha, cuidar das crianças, dos velhos, doentes e inválidos, cozinhar, conservar, armazenar e comercializar os produtos agrícolas. (...) ela trabalha em condições precárias, com tecnologia primitiva – a enxada de cabo curto – com as crianças às costas, sem equipamento que a proteja da chuva e da lama, ou dos produtos corrosivos ou tóxicos (LOFORTE ET AL, 1988, p. 4).

Percebe-se com base nos excertos acima apresentados a forte articulação que a Universidade no contexto pós-independência devia estabelecer com a sociedade dentro da qual ela está inserida.

A seguir apresentamos descritiva e analiticamente as trajetórias das duas pesquisadoras e ativistas moçambicanas, suas perspectivas e contribuições, olhando desde o campo de estudo de gênero, suas origens culturais e regionais: uma do Sul do país (patrilinear)¹⁰ e a outra do Norte (matrilinear)¹¹. Ambas se consagraram no campo intelectual, nacional e internacional dos estudos de gênero e no ativismo em prol dos direitos das mulheres, contribuindo a partir de Moçambique para a emergência de outras epistemologias do pensamento feminista.

Trajetória e contribuições de Ana Loforte ao campo dos estudos e à igualdade de gênero

Nesta seção¹², trazemos algumas das principais contribuições de Ana Loforte para a constituição do campo dos estudos de gênero em Moçambique. Começamos por apresentar uma breve descrição do seu percurso pessoal e acadêmico para em seguida apontar algumas das suas contribuições.

Ana Loforte é uma antropóloga e ativista feminista moçambicana, casada e mãe de dois filhos. Ela nasceu em 1953, na província de Inhambane, no Sul de Moçambique. De 1976 até 2012, trabalhou na UEM, em Maputo, tendo se aposentado

¹⁰ Sistema de linhagem no qual a transmissão do parentesco, nome e direitos dos descendentes se dão pelo lado masculino.

¹¹ Sistema de linhagem no qual a transmissão do parentesco, nome e direitos dos descendentes se dão pelo lado feminino.

¹² A maioria dos dados que compõem esta descrição resultam da pesquisa de doutoramento desenvolvida e defendida por Amâncio (2020).

como Professora Associada, afeta ao Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), ligado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), do qual foi uma das fundadoras e chefe entre os anos 1980 e 1990. Loforte dedicou cerca de 36 anos à Universidade, ao ensino, à pesquisa e à extensão. Além de professora e investigadora, foi também gestora e inspiradora de várias gerações formadas no campo das Ciências Sociais no país. Portanto, “trata-se de uma investigadora cujo percurso biográfico se confunde com a história do DAA e da Antropologia em Moçambique” (JOSSIAS E MARIANO, 2008, p. 7).

Na realização da pesquisa sobre sua trajetória, em 2017, ela exercia a função de coordenadora para a área de formação da WLSA - Moçambique. No que diz respeito à sua formação acadêmica, ela concluiu o bacharelato em História em meados dos anos 1970, na UEM, e logo integrou o quadro de docentes e investigadores da Universidade, no período pós-independência, quando escasseavam quadros formados para assumir essas funções. Nos finais dos anos 1970, completou a graduação em História. Nos anos 1980, realizou uma especialização em Antropologia na Universidade de Paris 8, na França e concluiu o mestrado em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia. Em 1996, terminou o doutorado em Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa, em Portugal.

Ao narrar retrospectivamente a sua história, Ana Loforte conta que a inspiração para a sua inclinação aos estudos da mulher e do gênero terá vindo da sua própria experiência de vida ainda em tenra idade, das condições socioeconômicas em que sua família vivia, particularmente, dos esforços que a sua mãe empreendia para garantir o sustento familiar, como se pode ler no excerto da entrevista que segue:

[...] infelizmente no período em que eu nasci foi de vida difícil para a minha família, para o meu pai que estava desempregado. Então, foi muitas vezes a minha mãe que dentro das próprias estratégias de sobrevivência que as mulheres desenvolvem para fazer face ao dia-a-dia, aos problemas, fazia negócios, fazia bolos. A determinada altura o meu pai foi para uma tentativa de emprego no Xai-Xai [província de Gaza] e mandava determinados produtos, que na província onde eu nasci, Inhambane, careciam. Era muitas vezes o negócio que a minha mãe fazia que permitia alguma renda para a compra de produtos alimentares e para podermos inclusivamente pagar os estudos, meus e dos meus irmãos mais velhos. Portanto, os primeiros anos da minha infância foram muito difíceis, de muita luta, muita batalha. Foi um pouco a inspiração que eu tive desta luta desenvolvida pela minha mãe, que me levou anos mais tarde, talvez ainda não de forma muito consciente, a valorizar a contribuição das mulheres para a economia familiar e a luta que elas desenvolvem no dia-a-dia para criar os seus próprios filhos (Ana Loforte, entrevista, 2017).

O fragmento da entrevista acima mostra o contexto sociocultural, econômico e familiar que influenciou a antropóloga Ana Loforte na sua experiência de vida. No âmbito geral de Moçambique, marcado pelo colonialismo e, no particular, pela experiência de sofrimento familiar, devida a ausência de condições econômicas e/ou materiais, bem como, pelas lutas de sobrevivência familiar, desencadeadas tanto pelo pai, mas sobretudo, pela mãe da investigadora. Este contexto deixou profundas marcas na trajetória de vida e formativa de Loforte, cuja consciência acerca das mesmas foi construída posteriormente.

Apesar do lugar central que as mulheres ocupam no cotidiano, na reprodução social e econômica da vida familiar, e de serem elas muitas vezes as que garantem o sustento das famílias, persiste ainda nos dias de hoje, uma invisibilização desta centralidade. Os trabalhos de Ana Loforte e Isabel Casimiro, bem como de outras acadêmicas/os moçambicanas/os, demonstram isso nas suas descrições e análises. Portanto, visibilizar o trabalho das mulheres (enquanto sujeitas da produção do cotidiano e pesquisadoras) constitui ainda um desafio.

A importância da família, das questões de gênero, da subjetividade fica evidente na narrativa de Ana Loforte. Em meio a um contexto de dificuldades e de pobreza material, havia também estímulos familiares para a continuação dos seus estudos e formação, mesmo sendo mulher, num período onde “ser mulher” significava ser preparada para casar e tornar-se “dona de casa”. Loforte, relata que seus pais tinham baixa escolaridade, mas estavam à frente do seu tempo, recusando-se a reproduzir a imagem estereotipada da mulher que caracterizava aquele momento, e que resiste ao tempo até os dias atuais.

Após a conclusão do bacharelato e já integrada no CEA/UEM, ela teve a oportunidade de trabalhar com a etnóloga portuguesa Maria Leonor Correia de Matos¹³, que integrou investigadores/as moçambicanos/as no trabalho de campo. Ana Loforte é convidada por Correia de Matos para trabalhar na Província de Inhambane, onde essa realizava pesquisas sobre as tradições orais, bem como etnografias sobre outros temas na região. Foi através desse convite que Loforte iniciou-se nos estudos de caráter etnográfico sobre aspectos culturais, questões da tradição oral, sobretudo ligado à História dos Povos de Moçambique.

Dois anos depois Correia de Matos retorna a Portugal, porém, fica em Ana Loforte o legado da pesquisa no terreno, facilitado pela oportunidade de bolsa de estudos na Universidade de Paris 8 – França, onde realizou uma especialização ligada à Antropologia. O trabalho de campo foi realizado na região Norte da Província de Inhambane, observando o impacto sobre as mulheres da migração dos trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul. Ela observou o impacto das migrações sobre o modo de vida das mulheres que ficavam em Moçambique, suas responsabilidades e atividades (educação dos filhos, tomada de decisões no dia-a-dia, a utilização dos bens enviados pelos maridos).

¹³ Correia de Matos realizou uma série de pesquisas etnográficas e publicações acerca dos *Chope*, um dos grupos étnicos do Sul de Moçambique (MATOS, 1973).

Estes foram os primeiros trabalhos desenvolvidos por Ana Loforte, influenciada por Correia de Matos e pelo antropólogo francês Christian Geffray¹⁴. Ela foi motivada a essas pesquisas pelo fato de o trabalho de campo ser na sua província natal e ela dominava a língua (o que facilitou a condução da pesquisa), também o trabalho de campo anterior fez emergir a sua problemática de investigação:

Inhambane é a província onde eu nasci e conhecia [...] falava a língua, portanto, era fácil conseguir dialogar com os meus informantes. Por outro lado, através da influência que eu tive do antropólogo Christian Geffray. Fizemos conjuntamente um trabalho de campo neste mesmo local, em Vilanculo, e parte do material que eu pude recolher e analisar também decorreu deste trabalho de campo. E, porque os migrantes? [...] verificamos que havia uma influência muito marcante da ausência dos homens nos agregados familiares e todo um desenvolvimento de estratégias de sobrevivência diárias por parte das mulheres, para fazer face a esta ida dos homens para as minas da África do Sul. Do ponto de vista do estatuto destas mesmas famílias, notava-se uma diferenciação grande, relativamente àquelas famílias cujos chefes de agregados permaneciam no local, numa zona de atividade econômica pesqueira, com pouca prática da agricultura (devido as secas constantes), portanto, a vida das famílias era difícil. Enquanto que aquelas que tinham o rendimento proveniente dos migrantes tinham, em termos econômicos, um estatuto mais elevado (Ana Loforte, entrevista 2017).

É assim que Ana Loforte entra no campo dos estudos de gênero. Este excerto, mostra como sua formação tem a ver com os estudos nas Universidades, as influências de colegas com os quais trabalhou e pela realidade social da sua própria vida. A autora reconhece outras experiências que foram decisivas e que influenciaram sua trajetória de pesquisa no âmbito dos estudos de gênero:

[...] nós fazíamos parte de antigos estudantes do professor Ganhão, primeiro Reitor da UEM depois da independência. Eu estive também na província de Inhambane, em Homóine, onde pude obter alguma informação sobre a temática da migração para a África do Sul. Sempre interessada em ver o papel que as mulheres tinham a nível dos agregados familiares, no sistema de parentesco patrilinear, onde é marcante a presença dos membros da família do marido, uma vez que as mulheres ao casarem vão viver junto da família do marido. Que margem de manobra, no dia-a-dia, as mulheres tinham para tomar decisões, vivendo em agregados patrilocais, com forte presença da sogra, das cunhadas? Como é que isto, em termos das próprias relações de poder se manifestava e que influência é

14 Geffray (1954-2001) realizou seu primeiro trabalho de campo em Moçambique, em 1986, entre populações Macua, em Nampula. Produziu uma vasta obra bibliográfica sobre Moçambique e sobre o Brasil, com influências marxistas. Estudou as relações entre o parentesco e a organização social, centrado no modelo clássico da Antropologia.

que isto tinha em termos de poder que pudesse ser exercido pelas próprias mulheres? Então, pouco a pouco, começou a surgir esta inquietação [...], sobre as relações de poder ao nível da família, o papel das mulheres [...] depois outras influências surgiram, outros estudos, outros trabalhos de consultoria. Trabalhei com a professora Isabel Casimiro em muitas consultorias [solicitadas] por parte da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), interessada em ter informações sobre a situação das mulheres em Moçambique. Uma série de trabalhos que fomos desenvolvendo de investigação e de consultorias. Era necessário desenvolver, numa altura em que se considerava importante ter maior conhecimento sobre estas matérias (Ana Loforte, entrevista 2017).

Das experiências apresentadas, destacamos em Ana Loforte duas contribuições interligadas: a académico-científica e a política. Ela se destaca na constituição do campo académico dos estudos de género e na formulação de políticas públicas em Moçambique, através da pesquisa-ação e advocacia junto de organizações como a OMM. A primeira é relativa ao seu pioneirismo na edificação do campo académico dos estudos de género, junto de outras colegas nacionais e internacionais, reconhecidas pela própria entrevistada. Loforte e outras colegas da sua geração, em seus trabalhos coletivos, lograram dar visibilidade ao papel desempenhado pelas mulheres ao nível doméstico, até então marginalizado nos estudos científicos.

Na altura da década de 1980, quando começavam as pesquisas nessa área, dominava a ideia de que “as mulheres deviam participar no desenvolvimento do país”. Essa era, segundo Loforte a palavra de ordem e indicava que a contribuição que as mulheres já traziam não era valorizada e reconhecida como uma participação a nível do desenvolvimento. Por essa razão persiste a reflexão trazida por Isabel Casimiro: “a cidadania que os homens nacionalistas outorgaram às mulheres, como ‘recompensa’ pela sua participação na luta armada, foi uma cidadania incompleta, fragmentada e mínima” (CASIMIRO, 2004, p. 23).

Na sua tese de doutorado, Loforte abordou a questão de *Gênero e poder entre os Tsonga de Moçambique*, trabalho publicado em livro em 2003, constituindo uma referência obrigatória tanto para a Antropologia, quanto para os estudos de género em Moçambique, em outros contextos africanos e além de África (o Brasil é um exemplo). Ana Loforte analisa na sua tese as relações de género num contexto periurbano de Maputo numa perspectiva que nós consideramos interseccional (MCCLINTOCK, 2010; GASPARETTO E AMÂNCIO, 2017), na medida em que articula variadas categorias, tais como: género, classe, poder, Estado, etnia, geração, mulher(es), parentesco, território, entre outras, com vista a evidenciar a pluralidade de situações que permeiam o cotidiano das pessoas.

Ainda que a autora não use o termo interseccionalidade e não o desenvolva teoricamente, metodologicamente sua concepção está presente. Ela procura “valorizar a diferença, apontar os poderes das mulheres, evitando enfatizar, somente, o poder masculino” (LOFORTE, 2003, p. 10). Para o contexto em que a autora escreve o

texto, em que prevalecia a teoria da dominação masculina (BOURDIEU, 2002), ela oferece uma leitura bastante inovadora. O seu trabalho mostra que as mulheres são detentoras do que designa como “lugares de poder” (LOFORTE, 2003, p. 20), de capacidade de agência, distanciando-se daquelas abordagens que acreditam na existência de um patriarcado absoluto¹⁵, onde os homens seriam os detentores de todos os poderes. Contrariamente, argumenta que a posição subalterna da mulher, em algumas instâncias, não significa ausência de poder:

Se analisarmos o poder político do ponto de vista da sua estrutura e entanto que poder formal, institucionalizado e do domínio público é, sobretudo, a dimensão masculina que emerge. Mas se o lugar do poder é o processual, estratégico ao papel da mulher nas redes de aliança, nos processos de mediação, nas estratégias alimentares e rituais, torna-se notória a visibilidade feminina do poder (LOFORTE, 2003, p.20).

Neste excerto evidencia-se que a perspectiva teórica adotada pela pesquisadora, ou seja, a forma como o mundo é visto por ele/a (CROTTY, 1998), exerce uma influência significativa sobre o próprio mundo observado, contribuindo para a sua transformação (DENZIN E LINCOLN, 2006). O excerto, aponta para algumas das importantes contribuições epistemológicas e metodológicas que a autora oferece à Ciências Sociais, particularmente à Antropologia e aos Estudos de Gênero em Moçambique, que constituem fruto de evidências empíricas. A contribuição epistemológica está ligada ao privilégio que a autora concede à perspectiva teórica processualista ou dinamista mais do que à estruturalista (BALANDIER, 1971). Nesse sentido, ela parte do pressuposto epistemológico construcionista e interpretativista (DENZIN E LINCOLN, 2006; CROTTY, 1998), para demonstrar que as relações de gênero são social e historicamente construídas e situadas. Deste modo, elas só podem ser entendidas no contexto da sua produção e reprodução concreta.

Não por acaso, a pergunta central da sua investigação gira em torno do papel que os processos sociais têm na construção e reprodução das relações do gênero em um bairro da periferia da cidade de Maputo – Laulane. Na sua abordagem, Loforte (2003) não assume os conceitos como dados, pelo contrário, procura entendê-los, igualmente, como construtos sociais e contextualizados. Desse modo, ela interroga-se sobre como os mesmos podem ser entendidos a partir da vida concreta das pessoas e dos significados que elas atribuem ao mundo em que vivem.

À semelhança do conceito de gênero, o conceito de poder é igualmente desnaturalizado, desuniversalizado e contextualizado com base nas relações observadas. A contribuição metodológica reside justamente aí, pois, é amparada pelas epistemologias mencionadas, exigindo uma descrição do dia-a-dia da vida de sujeitos envolvidas/os na investigação e que Loforte apresenta muito bem, com recurso à diversos métodos e técnicas de pesquisa que incluem a observação direta, as conversas informais, as

15 Embora reconheça que, em geral, o poder no contexto das sociedades africanas “emerge como eminentemente masculino” (LOFORTE, 2003, p. 17).

histórias de vida pessoais, as trajetórias familiares e profissionais de mulheres e homens, os registros históricos, as análises críticas da literatura etc.

A diversidade metodológica mobilizada e aplicada por Loforte (2003) enquadra-se no que é conhecido na literatura como *bricolage metodológico* (DENZIN E LINCOLN, 2006; SARDAN, 2017), empregada pelos investigadores “sempre em busca de melhores formas de tornar mais compreensíveis os mundos da experiência que estudam” (DENZIN E LINCOLN, 2006, p. 33).

Ao longo da sua carreira, a autora procurou materializar um projeto de investigação cuja finalidade assentava sobre a compreensão das dinâmicas internas (e externas) à sociedade moçambicana, empreendimento que, dada a sua natureza complexa, sempre obriga a adopção de múltiplas abordagens e de uma perspectiva científica interdisciplinar (TEIXEIRA, 2012). Nesse sentido, ao analisar os trabalhos que começaram a ser realizados após a independência de Moçambique (1975) em diante, a antropóloga afirma:

Nas pesquisas, privilegamos uma abordagem da realidade sociocultural (sobre o parentesco, o poder, a economia, o simbólico) não apenas descritiva, mas procuramos perceber fatores de ordem diversa que possibilitam a identificação e compreensão das dinâmicas internas e externas das sociedades e das culturas (LOFORTE, 2012, p. 1).

A autora realizou diversas pesquisas no meio acadêmico e fora da academia: sobre comunidades pesqueiras, sistema produtivos costeiros, gestão de recursos naturais no âmbito do projeto sobre as sociedades costeiras do litoral norte de Moçambique; migrações de mineiros para a África do Sul; relações de gênero, pobreza e estratégias de sobrevivência em contextos rural e urbanos; normas, práticas e tabus à volta da fecundidade, gravidez, parto e primeira infância, etc. Fora da academia, as investigações conduzidas foram em jeito de consultorias, que emergiram com força no início da década de 1990. Algumas destas pesquisas foram importantes para sustentar os debates em torno das questões da família e do gênero, que resultaram posteriormente na fundamentação de legislações, por exemplo, sobre a família e desenho de políticas públicas no campo do gênero.

Estas eram encomendadas, sobretudo, por Organizações Não-Governamentais, ligadas à projetos de onde surgiram os discursos de boa governação, combate à corrupção, equidade de gênero, etc. Este contexto, demandou pesquisas que servissem ao desenvolvimento e reconstrução nacional. Esse ambiente contribuiu também para a revitalização da Antropologia em Moçambique (AMÂNCIO, 2020), vista antes como instrumento de dominação do poder colonial, uma ciência que pouco teria a oferecer a um país em ruínas, que após a independência, mergulhou numa profunda guerra

civil, da qual só saiu em 1992, com a assinatura dos acordos gerais de paz entre os beligerantes – o governo moçambicano, dirigido pelo partido Frelimo¹⁶ e a RENAMO¹⁷.

Em suas pesquisas, Loforte valorizou a inclusão das perspectivas das mulheres, tendo em conta que estas podem revelar dimensões do real, que de outra forma não seria possível captar, fazendo com sejam excluídas ou marginalizadas. Nas suas investigações as mulheres emergem como sujeitas de seu próprio destino, ativas e capazes de refletir sobre a sociedade em que estão inseridas, suas regras e padrões, bem como de propor alternativas aos constrangimentos que vivenciam no dia-a-dia (LOFORTE, 2012).

A abertura de Moçambique à democracia no início dos anos 1990, prometia um novo ambiente para a produção de conhecimento científico inovador, o que não se mostrou fácil diante das perspectivas dominantes que perduram e impedem a afirmação dos campos antropológico e dos Estudos de Gênero no país.

Ana Loforte aponta que um dos desafios atuais é “a análise de fenômenos, acontecimentos concretos e singulares cujo conhecimento necessitava de meios lógicos específicos [...] conceitos de pequena extensão, mas de grande conteúdo”, cujo resultado, “fosse um conhecimento compreensivo de fenômenos sócio-históricos empiricamente validados” (LOFORTE, 2012, p. 1). Este desafio, por si justificava a necessidade de trabalho de campo empírico e intensivo para a produção de conhecimento novo, num contexto em que “procurava-se a validação e legitimação de um espaço de análise próprio e alternativo” (idem, p.2).

Assim, ela faz parte da geração de acadêmicas que desbravaram o campo das ciências sociais em Moçambique, através de um trabalho e lutas árduas, para o seu desenvolvimento, mas também, para que o conhecimento produzido nestas áreas fosse capaz de subsidiar os fazedores de políticas, como se pode ler a seguir:

Nos estudos é necessária uma aproximação que permita ao leitor e à leitora reconhecer problemas comuns nas práticas quotidianas, abordagens que contribuam para definir com mais clareza fatores muitas vezes esquecidos, no entanto decisivos para o resultado final das políticas, dos programas e projetos de desenvolvimento (LOFORTE, 2012, p.6).

É perceptível nos trabalhos de Loforte a sua preocupação com a transformação social, seu comprometimento político e ético com as sujeitas envolvidas em suas pesquisas, não assumindo uma postura neutra, que aliás não existe, pois, todo o conhecimento é permeado por valores (DENZIN E LINCOLN, 2006). Trata-se, assim de pesquisas em que a investigadora assume seu posicionamento diante do

¹⁶ Frente de Libertação de Moçambique, que nasceu como movimento e encabeçou a luta contra o colonialismo português, assumindo, após a conquista da independência, em 1975, os destinos do país. Em 1977 o movimento FRELIMO transformou-se num partido político - Frelimo.

¹⁷ Frente de Libertação de Moçambique que encabeçou a luta contra o colonialismo português e que assumiu os destinos do país independente. Em 1977 o movimento transformou-se num partido político. Doravante designaremos FRELIMO para nos referirmos ao movimento e Frelimo ao partido político.

narrado, preocupada não só com os resultados, suas contribuições metodológicas e epistemológicas, mas sobretudo, com “a legitimidade e a pertinência de uma pesquisa conducente a definição de políticas relevantes que visem satisfazer as necessidades das pessoas de modo mais efetivo e desenvolver intervenções que sejam aceitáveis e possíveis de realizar” (LOFORTE, 2012, p.7).

O olhar que apresentamos sobre os estudos conduzidos por Ana Loforte constitui um primeiro exercício de sistematização das suas contribuições. A seguir sintetizamos a trajetória e as contribuições de Isabel Casimiro.

Trajectoria e contribuições de Isabel Casimiro ao do campo dos estudos e à igualdade de gênero

O meu envolvimento com a temática da mulher e das relações de gênero, remonta aos anos 80 quando, na Oficina de História¹⁸ do CEA, o professor Aquino de Bragança¹⁹ dinamizou o projeto de investigação ‘O Poder Popular nas antigas zonas Libertadas da FRELIMO’ e onde, por sua sugestão, decidi trabalhar sobre a participação da mulher na Luta Armada (CASIMIRO, 2012, p. 212).

A trajetória pessoal, profissional e intelectual de Isabel Casimiro, enfim a sua história de vida está intrinsecamente relacionada à história de Moçambique e com o surgimento, implementação e manutenção de várias organizações e instituições que contribuíram e contribuem para a transformação da condição da mulher moçambicana. Trata-se de alguém que contribuiu e contribui junto de outras mulheres, académicas e ativistas, para o estabelecimento de uma tradição de estudos e de igualdade de gênero em Moçambique, particularmente no campo das ciências sociais e humanas. Fazer uma análise dessa contribuição remete para um diálogo com o posicionamento político da autora. A sua produção, o valor epistémico da mesma e contribuição no processo de pesquisa nas ciências sociais e estudos de gênero em Moçambique está como sua trajetória evidencia, em diálogo com o que se produz em África e no mundo.

Isabel Casimiro, é uma mulher branca, nascida no Norte de Moçambique, concretamente, no distrito de Ribaué, província de Nampula, no dia 14 de janeiro de 1955. Seus pais nasceram em Portugal, mas renunciaram a nacionalidade portuguesa para se estabelecerem em Moçambique (SOARES E MUTZENBERG, 2019). Em Nampula, ela cursou o ensino secundário colonial, no entanto, foi no Sul do país, na então cidade de Lourenço Marques²⁰, que iniciou o ensino superior. É membro do Partido Frelimo desde 1974. Na trajetória de Isabel Camiro, destaca-se a sua

18 Foi um núcleo de pesquisa fundado no CEA por Aquino de Bragança, cujo objetivo era resgatar e reescrever a história da luta de libertação Nacional, privilegiando as Fontes Orais (FERNANDES, 2011).

19 Foi o primeiro diretor do CEA e conselheiro do primeiro Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel.

20 Atual Maputo, capital do País.

participação na Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e na Organização da Mulher Moçambicana (OMM), ambas constituem desde a sua criação até hoje braços políticos do Partido no poder. Nestas organizações ela se torna ativista da revolução (GASPARETTO, 2020) e com a saída massiva de professores portugueses do País, após a independência, Isabel ministrou aulas de português, por dois anos em Nampula como uma tarefa revolucionária²¹ (SOARES E MUTZENBERG, 2019).

Filha de um pai médico pneumotisiologista, Isabel queria estudar medicina, mas formou-se ao nível do bacharelado (1979) e da licenciatura (1986) em História, e depois, ao nível do mestrado (1999) e do doutorado (2008), em Sociologia. Nessa trajetória acadêmica a temática da mulher, das relações de gênero, do feminismo e dos movimentos de mulheres estiveram sempre presentes. A imersão neste campo de conhecimento teve a influência do pai, de Aquino de Bragança e de Jacques Depelchin. Os dois últimos foram seus colegas no CEA, onde ela ingressou em 1980. No CEA foi Diretora Adjunta por um ano após o assassinato de Ruth First²², em 1982, e depois foi Diretora do centro, de 1990 a 1995. Sua trajetória internacional se consolida ao assumir, em 2018, a Presidência do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA), a principal referência em termos de pesquisa no campo dentro do continente.

Em sua trajetória, Isabel fez parte da criação e contribuiu para o surgimento de várias organizações e departamentos que defende(ra)m e pesquisa(ra)m sobre a temática de gênero, feminismo, direitos das mulheres. Dentre elas podemos destacar o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), 1988, Departamento da Mulher e Gênero (1990). Ela também foi fundadora da Organização Não-Governamental (ONG) regional *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust (WLSA)*, em 1988, e sua representante em (WLSA Moçambique), em 1990. Além disso, foi também fundadora da Associação da Mulher Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) e do Fórum Mulher (GASPARETTO, 2020).

A contribuição de Isabel no surgimento dessas entidades, mostra sua determinação e vigor acadêmico, intelectual e ativista, que marcou o desenvolvimento institucional das várias organizações, possibilitando pensar a situação da mulher e das relações de gênero em Moçambique, bem como a consolidação de um campo epistemológico vivo, fundamentado em dados advindos nas condições de vida das pessoas. As contribuições de Isabel relacionam-se com as múltiplas identidades e relações sociais dentro das quais ela sofreu influência e que formaram a sua personalidade. Procuramos destacar na sua trajetória individual, elementos culturais, do contexto social e político, bem como experiências que são constitutivas das visões de mundo dos indivíduos (BORGES, 2014). As identidades e experiências que emergem não seguem uma trajetória cronológica linear, mas sim eventos e aspectos do cotidiano da autora que auxiliam no entendimento do seu interesse em pesquisas sobre as

²¹ Termo usado durante a Luta Armada e no contexto do pós-independência pela FRELIMO na tentativa de implementação de um regime socialista.

²² Foi uma renomada jornalista, professora universitária e ativista branca sul-africana, assassinada em seu escritório no CEA/ UEM pelo regime do Apartheid.

mulheres, questões de gênero, feminismos e movimentos sociais em Moçambique, em África e no mundo (SOARES E MUTZENBERG, 2019).

Para este artigo optamos por analisar a contribuição de Isabel Casimiro focada em três momentos específicos de seu trabalho acadêmico, articulados com os movimentos sociais: as pesquisas de graduação, mestrado e doutorado. Esses três momentos constituem uma contribuição para o entendimento do processo emancipatório das mulheres moçambicanas desde o contexto da luta armada (graduação), dos movimentos sociais de mulheres e feministas (mestrado) e das sociedades matrilineares no Norte de Moçambique (doutorado), numa perspectiva de gênero e feminista. No entanto, os mesmos momentos dialogam com a vasta produção da autora que intercalam esses momentos, bem como com as várias identidades que ela foi assumindo ao longo do seu percurso.

Na década de 1980, Isabel envolveu-se com temáticas de pesquisas sobre a mulher e as relações de gênero. A sua graduação foi defendida, em 1986, sob o título *Transformações nas relações homem e mulher em Moçambique, 1962-1974*, onde refletia sobre a participação da mulher na luta armada. Isso ocorreu num contexto bastante fervoroso, em meio a muita formação, cursos, docência, dirigismo acadêmico, criação de organizações nacionais e internacionais que contribuem para institucionalização de um pensamento feminista, de estudos de gênero e dos movimentos de mulheres no país (CASIMIRO, 2012). No seu trabalho, ela procurava demonstrar o papel importante da mulher na história e na luta dentro da FRELIMO, “porque uma das coisas que a gente verifica na história da FRELIMO é que sempre que a mulher participava e era respeitada, havia um avanço na luta e quando isso não acontecia havia retrocessos” (SOARES E MUTZENBERG, 2019, p. 153).

A pesquisa de graduação da autora é vista como uma contribuição para o entendimento do processo emancipatório da mulher. Mas, também constitui um diálogo crítico em relação à maneira como a escrita da história era (logo após a independência) e ainda é feita no país, obliterando as relações gênero em detrimento de uma perspectiva androcêntrica. Assim, ao estudar a participação das mulheres na luta de libertação nacional, a autora demonstra que, “a aparente invisibilidade da mulher neste importante período estaria provavelmente ligada ao facto de a história de Moçambique em sua grande parte ser escrita pelos homens, os quais, consciente ou inconscientemente, se esqueciam da sua participação, acabando por reproduzir a situação dominante” (CASIMIRO E ANDRADE, 1992, p. 99). Portanto, essa história se apresenta(va) numa perspectiva masculina, descurando a existência das mulheres e a sua participação nos processos sociais” (CASIMIRO, 2008, p. 17). Como isso é possível, num país onde as mulheres constituem uma grande parte da população e contribuem para a sua transformação?

Em 2018, Casimiro e a sua orientanda Whitney Sabino, fizeram uma pesquisa intitulada “Mulheres no movimento de libertação de Moçambique e sua relação com o movimento de jovens feministas”. Esta pesquisa demonstra que o questionamento do papel e da participação das mulheres na luta armada não está esgotado, atualizando

sua importância e o quanto pode dialogar com o surgimento de novos movimentos sociais de jovens feministas.

Na sua pesquisa de mestrado em sociologia, defendida em 1999, Isabel traça um panorama dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique (GASPARETTO, 2020). Esse panorama tem um caráter introspectivo e subjetivo, na medida em que é sobre a experiência dela nesses movimentos sociais de mulher e feminista, ou seja, “é sobre feminismo e organização das mulheres em Moçambique” (SOARES E MUTZENBERG, 2019, p. 158), como um processo de luta pelos direitos humanos das mulheres via contestação da situação e condições de vida dessas mulheres como um todo. O trabalho evidencia como através dessas organizações, as mulheres buscam se afirmar constantemente como atrizes dos seus próprios destinos: “se não formos nós, as mulheres, a lutar contra o que nos oprime, mais ninguém o fará” (CASIMIRO E ANDRADE, 1992, p. 99). Na perspectiva da autora, é principalmente pelo fato de se ser mulher que “as nossas visões do mundo e de vida, as nossas ações, não são respeitadas e tomadas em consideração” (CASIMIRO, 2008, p. 75).

Na sua tese de doutorado intitulada “Cruzando lugares, percorrendo tempos – Mudanças recentes nas relações de gênero em Angoche”, defendida em 2008, a autora debruça-se sobre as transformações significativas ocorridas no âmbito das famílias na esfera das relações domésticas, a partir de 1950, na África Subsaariana, na África Austral e, sobretudo, em Moçambique (GASPARETTO, 2020). A pesquisa “revelou a manutenção da prática da matrilinearidade, em ambiente urbano e rural, numa complexidade e interação de situações e mudanças (algumas das quais podendo igualmente beneficiar outros tipos de sociedade)” (CASIMIRO, 2008, p. 222). A autora, busca uma compreensão da sociedade matrilinear *Makhuwa*²³ que toma em consideração as mudanças que com o tempo, afetaram o quadro institucional e as relações sociais entre mulheres e homens, no que diz respeito ao acesso, controle ou partilha de recursos, divisão de trabalho e participação nos processos de tomada de decisão.

Sua pesquisa de doutorado (2008) é uma contribuição para o diálogo e enfrentamento dos impactos do patriarcado sobre a vida das mulheres, bem como um diálogo com as narrativas que criticam o universalismo do cânone ocidental sobre os estudos de gênero. Ela segue na mesma linha de autoras como, por exemplo, Ifi Amadiume (1997) e Oyèróké Oyèwùmí (1997), que criticam a universalização da família nuclear, tomada como norma. Em vez de constituir um desvio da norma da família nuclear, patriarcal e chefiada por homens, os agregados familiares matrifocais e matricêntricos representam a premissa da diversidade das comunidades e formações sociais africanas. Estamos diante de reflexões que produzem “rupturas epistêmicas nos discursos universais acerca da compreensão sociológica das relações de gênero e da forma como compreendemos o significado de gênero” (ADÈSÍNÀ, 2012, p. 195).

²³ *Makhuwa* (pl. *Amakhuwa*) refere-se à pessoa, o povo *Makhuwa*. *Emakhuwa* diz respeito à língua e à cultura deste povo que se distribui pelas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e parte da Zambézia, constituindo cerca de 1/3 da população moçambicana (CASIMIRO, 2008). Destacamos aqui que a autora nasceu na província na qual ela realizou a pesquisa de doutorado, Nampula.

O estudo de Casimiro (2008) demonstra que as comunidades matrilineares no Norte de Moçambique mantêm lógicas e estratégias de reprodução de base feminina, onde as mulheres acedem e asseguram o controle dos recursos, com uma nova estrutura familiar, desenvolvendo-se estratégias de sobrevivência “livres” da tutela dos homens, com possibilidades de maior poder de negociação por parte delas acerca das suas vidas, mas sobrecarregadas de trabalhos e responsabilidades (CASIMIRO, 2008).

Nessa pesquisa, Isabel enfatiza e reforça que as mulheres não têm estado sempre sem poderes, mas que têm o que Loforte (2003) chamou de “lugares de poderes”, poderes do privado, do doméstico e em grande medida, do familiar. Portanto, ao evidenciar a manutenção e reprodução do sistema matrilinear no Norte de Moçambique, especificamente no distrito de Angoche, na província de Nampula, Casimiro (2008), reforça o posicionamento de Adèsínà (2012), para quem a matrifocalidade nos estudos de gênero em África tem um valor heurístico que vai além da forma como teorizamos o gênero, porque oferece um quadro analítico que dá sentido a uma gama de outros fenômenos sociais, como por exemplo, repensar o quadro de parentesco e teorização das identidades, entre outros.

Os três momentos de pesquisa de Isabel Casimiro apontados acima seguem uma perspectiva que poderíamos designar afrocêntrica, “constituída pelos estudos que assumem como ponto de partida o lugar africano” (ADÈSÍNÀ, 2012, p. 203), no caso específico da pesquisa em referência, o lugar da sociedade moçambicana. Essas pesquisas são orientadas por uma perspectiva feminista situada, onde a investigadora reconhece que é historicamente influenciada e comprometida (CASIMIRO, 2008), não se tratando de um trabalho neutro. Trata-se neste caso, de uma intelectual orgânica na perspectiva gramsciana, comprometida com a emancipação e reconhecimento dos direitos das mulheres.

O posicionamento de Isabel como feminista e ativista social dos direitos das mulheres, para além de acadêmica, serve para alimentar as discussões sobre neutralidade científica, objetividade e subjetividade nas ciências sociais e humanas. Ou seja, o modo como ela conduz suas pesquisas reflete a multiplicidade de identidades que foram se constituindo ao longo do seu percurso como mulher, feminista, acadêmica, política e ativista, identidades que muitas vezes se contradizem e/ou entram em conflito, mas que, por outro lado enriquecem o seu olhar feminista, em conformidade com as suas palavras:

A pesquisa sobre a mulher na qual tenho estado a envolvida tem sido marcada por uma perspectiva feminista e situada, centrada nas mulheres e homens como principais atores da realidade social em permanente mudança, refletindo a multiplicidade de identidades que transportamos e que nos obrigam a um processo permanente e cuidadoso de ‘distanciamento’ e de ‘engajamento’, pessoal e temporal e de compromisso com a transformação social (CASIMIRO, 2012, p. 212).

Nesse compromisso com a transformação que orienta a pesquisa de Isabel Casimiro, a pesquisa-ação é uma prática privilegiada de investigação com a pretensão de provocar mudanças nas relações desiguais entre sexos e gênero, mas também desafiar as/os investigadores/as à interpelarem os meios de pesquisa e manterem-se mais abertos às preocupações das/dos ativistas.

Casimiro (2012) identifica-se como observadora de uma sociedade que não lhe é exterior. Isso significa que a voz dela não é invisível e anônima, mas historicamente situada, com vivências, posições, desejos, interesses concretos e específicos. Neste sentido, as crenças culturais e seus comportamentos como ativista modelam os resultados das análises e são parte de evidências empíricas, a favor ou contra as solicitações dos resultados das pesquisas. Esse processo de mudança, pela pesquisa-ação, contribuiu para que a autora, junto de outras feministas e dos movimentos sociais pressionem o Estado moçambicano a rever, homologar e construir políticas públicas e estratégias de governo em prol do bem-estar das mulheres e da sociedade.

Em algum momento Casimiro e outras mulheres prestam assessoria a instituições governamentais e não governamentais no que diz respeito às questões de mulheres e de relações de gênero. São exemplos disso alguns instrumentos legais aprovados por via de grupos de pressão dos quais Isabel é ou foi parte integrante e participativa, de forma direta ou indiretamente: a Lei nº 10/2004 da Família, (revista e aprovada na generalidade como Lei nº 22/2019); Lei nº 12/2009, que estabelece os direitos e deveres da pessoa vivendo com Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (HIV/SIDA) e adota medidas necessárias para a prevenção, proteção e tratamento da mesma; Lei nº 19/2014 de proteção da pessoa, do trabalhador e do candidato a emprego vivendo com HIV/SIDA; Lei nº 19/2019 de prevenção e combate às uniões prematuras; Lei nº 23/2019 das Sucessões; Lei nº 24/2019 de revisão do Código Penal, e a Lei nº 29/2009 sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher.

Isabel também tem contribuído na institucionalização de cursos, principalmente de pós-graduação e disciplinas sobre estudos de gênero e feminismos na UEM e outras universidades no país, sejam públicas ou privadas. Contribuiu na criação do Centro de Coordenação dos Assuntos de Gênero (CECAGE/UEM) e, nesse processo, no estabelecimento de uma Estratégia de Gênero na Universidade. Ao incorporar esses aspectos em suas pesquisas, a autora traz-nos novas formas de ver o mundo, amplia nossas noções e conceitos, introduz-nos dimensões da vida humana até então secundárias na pesquisa científica e suscita reflexões sobre diferentes metodologias de pesquisa, onde se valoriza elementos culturais, trajetórias individuais e experiências cotidianas (BORGES, 2014). Nesse sentido, a pesquisa dá lugar a uma busca de conhecimento que valoriza a subjetividade e diversidade. Sintetizando, a trajetória de Isabel evidencia tais aspectos, na sua pesquisa de graduação, como mulher do partido do qual as mulheres que ela analisa fazem parte; na pesquisa do mestrado que analisa os movimentos de mulheres e feministas dos quais ela é parte de institucionalização e ação na sociedade moçambicana e, na pesquisa do doutorado, que é sobre mulheres e cultura de uma sociedade onde ela nasceu, estudou e trabalhou boa parte de sua vida.

Ao comprometer-se com uma linha de pesquisa sobre gênero, Isabel Casimiro insere-se num processo permanente de reflexividade, reconceitualização de metodologias e práticas aceitas acriticamente. Esse esforço inquietante de questionamento permanente permite a construção de uma teoria de relações sociais de gênero, com base na sua participação e de outras autoras moçambicanas em pesquisa e debates que se desenvolvem em Moçambique, na África e no mundo (CASIMIRO E ANDRADE, 1992). Trata-se, pois de uma teoria de gênero que considera a complexidade do social:

Esta teoria de gênero que estamos a construir é, em si, uma concepção de desenvolvimento entendido como um processo complexo que envolve o melhoramento das condições de vida dos indivíduos e da sociedade ela própria. Estamos, pós, a falar de uma teoria de gênero – das relações sociais Mulher/Homem, numa sociedade concreta – que implica uma investigação ativista e mobilizadora, portanto comprometida com a transformação das condições de vida – econômicas, políticas, sociais e culturais – das diversas sociedades que ocupam o espaço moçambicano (CASIMIRO E ANDRADE, 1992, p. 107).

O trabalho e posicionamento assumido (como feminista, ativista e acadêmica) de Isabel Casimiro contribui para o desenvolvimento de uma perspectiva de gênero no contexto das ciências sociais e humanas em Moçambique e também para a construção da igualdade através do ativismo e das políticas públicas dentro e fora do meio acadêmico.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos identificar algumas das contribuições epistemológicas, ativistas e políticas de duas das pioneiras da constituição do campo dos estudos de gênero e do campo de movimentos sociais de mulheres e feministas em Moçambique, Ana Loforte e Isabel Casimiro.

Ainda que de diferentes origens, a primeira do Sul e a segunda do Norte de Moçambique, identificamos muitos encontros entre a antropóloga Ana Loforte e a socióloga Isabel Casimiro. Ambas fizeram o bacharelado e graduação em História na UEM e começaram a carreira como professoras universitárias quando estavam ainda em formação, devido à demanda no período pós-independência agravada pela saída de um grande contingente de professores portugueses do país.

Loforte e Casimiro realizaram seus bacharelados na UEM e deram continuidade aos estudos de pós-graduação no exterior. A saída para o exterior tinha a ver com a inexistência de cursos de pós-graduação, um cenário que tende a mudar na actualidade, mas que ainda não satisfaz a demanda. No CEA/UEM realizaram juntas vários

estudos e consultorias à volta de questões ligadas à mulher e às relações de gênero. Depois contribuíram para estabelecimento no campo de pesquisa-ação no País. Identificamos no Arquivo Histórico de Moçambique e no Departamento de Informação e Documentação do CEA a existência de diversos documentos assinados por ambas, por vezes em colaboração com outras pesquisadoras. Tais documentos constituem evidência do pioneirismo de Loforte e Casimiro no estabelecimento do campo dos estudos da mulher e das relações de gênero, mas também na formação de novas gerações de pesquisadoras e ativistas.

A forte presença de Loforte e Casimiro na academia, nas políticas públicas, no ativismo e as suas influências nas novas gerações são facilmente identificáveis nas narrativas de várias mulheres. No contexto da pesquisa de campo de Gasparetto (2019), por exemplo, em conversa com a entrevistada Adozinda Almeida, ativista e fundadora da AMUDEIA²⁴, a pesquisadora pergunta: “...como foi que a senhora despertou essa consciência [ativista], como é que foi que isso aconteceu na sua vida, de onde é que veio essa força?” A resposta dela foi: “Acho que lá em Nampula, todos os meus da Associação eram muito bons, essa Isabel [Casimiro] mais outras pessoas, ela quando estava a falar comigo eu disse yah esta mulher aqui é muito boa” (entrevista coletiva, 2017). Aqui fica evidente o quanto a influência de mulheres como Casimiro e Loforte tiveram entre outras, não foi só para as novas gerações, mas também para mulheres de sua geração. Sem modestia, ambas reconhecem-se mutuamente e reconhecem outras colegas suas como pioneiras dos estudos de gênero e na luta política. A escrita conjunta de muitos textos, revela também uma fase do CEA e do país, em que a produção era pensada coletivamente.

Isabel Casimiro nasceu no Norte de Moçambique, onde predomina o sistema de parentesco matrilinear, filha de Pedro Augusto Cortesão Casimiro, médico, e de Maria da Piedade Cortesão Casimiro, analista de laboratório e documentalista chefe na Assembleia da República, que sempre incentivaram o acesso à arte, à cultura e à educação formal. Ana Loforte nasceu no Sul, onde predomina o sistema de parentesco patrilinear, filha de pais de origem popular, mas que nem por isso, deixaram de incentivá-la a ir à escola. Contudo, Loforte sinaliza o quanto o acesso ao ensino superior foi a superação de uma barreira cultural e um caminho para a ascensão social, num contexto em que ser mulher era entendido como estar destinada ao casamento, ao espaço doméstico: cuidar da casa, do marido e das crianças e não estudar até ao nível superior. Nesse sentido, seus pais foram uma exceção, estavam à frente do tempo, pois, não vedaram a possibilidade singrar nos seus estudos.

Ambas reconhecem retrospectivamente que as condições familiares (econômicas e sociais) foram importantes e influenciaram-nas de diferentes maneiras, inclusivamente para a formação acadêmica e para a inclinação aos estudos da mulher e de gênero, assim como para o envolvimento delas no processo de reconstrução nacional no pós-independência. A influência do contexto social mais abrangente do país, no qual nasceram (período colonial) e das suas trajetórias são especialmente visíveis nas suas

24 Associação das Mulheres Desfavorecidas da Indústria Açucareira.

contribuições para a construção de políticas públicas justas, favoráveis à maioria da população moçambicana e para o avanço da organização de diversos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique.

É na capital do País, Maputo, que as duas solidificam o interesse pelos estudos da, com, sobre e para as mulheres. Ainda que realizem trabalhos com outras intelectuais, ambas têm um trabalho que as destaca como pioneiras do campo de estudos sobre as mulheres, na construção da igualdade de gênero e no entendimento da importância de ambas para a institucionalização dos estudos de gênero nos seus departamentos na UEM, na legislação do país, na formação de inúmeras gerações de acadêmicas/os, gestoras/es, profissionais, ativistas. Elas influenciaram e formaram direta e indiretamente várias gerações, bem como são inspiração para quem deseja adentrar neste campo de estudo e de ação política. Suas contribuições para o campo de conhecimento e de ação aqui analisado, emerge e é evidente nas escolhas das temáticas de pesquisa, na recepção de pesquisadoras/es de todo mundo, no respeito mútuo, na consideração e reconhecimento que recebem dentro e fora da academia.

Referências

ADÈSÍNÀ, Jímì. Práticas da sociologia africana: lições de endogeneidade e gênero na academia. In: SILVA, Teresa Cruz, COELHO, BORGES João Paulo E SOUTO, Amélia Neves de (orgs.). *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA, 2012, p.195-209.

ADÈSÍNÀ, Jímì. Re-appropriating Matrilocality: Endogeneity and African Gender Scholarship. *Sociological Review African* 14 (1) 2010.

AMADIUME, Ifi. *Male daughters, female hasbunds: gender and sex in an African society*. Lodon: Zed Books, 1997.

AMÂNCIO, Hélder Pires. *Visibilizar histórias outras da Antropologia: Gerações de antropólogos e antropólogas em Moçambique pós-colonial*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Santa Catarina: UFSC, 2020.

BALANDIER, George. *Teoría de la descolonización: Las dinámicas sociales*. Buenos Aires: Editorial Tempo Contemporâneo, 1973.

BORGES, Raquel. A escrita biográfica: reflexões acerca das possibilidades narrativas. In: Anais do XII Encontro Estadual de História. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2014, p. 1-10.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 [1998].

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales* (62/63): 69-72, 1986.

CASIMIRO, Isabel e ANDRADE, Ximena. *A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres, acadêmicas e ativistas*. CEA/UEM, 08 ago. 2007.

CASIMIRO, Isabel. *Cruzando lugares, percorrendo tempos - Mudanças recentes nas relações de género em Angoche*. Tese de Doutoramento em Sociologia na Especialidade de Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, orientada pelo Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos, 2008.

CASIMIRO, Isabel. Mulher, pesquisa, acção e mudança. In: SILVA, Teresa Cruz e, COELHO, BORGES, João Paulo E SOUTO, Amélia Neves de (orgs.). *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA, 2012, p.211-226.

CASIMIRO, Isabel, ANDRADE, Ximena. Construindo uma teoria de género em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, n. 11/12, 1992, p. 93-110.

CASIMIRO, Isabel. *Feminismo e direitos humanos das mulheres*. "Outras Vozes", nº 6, Fevereiro de 2004.

CASIMIRO, Isabel. *Paz na Terra, Guerra em Casa - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Série Brasil & África Coleção Pesquisas 1, Pernambuco, Editora da UFPE: 2014.

CEA E UNESCO. *Seminário sobre a Mulher e a Reconstrução Nacional em Moçambique*. Relatório, 1986.

CROTTY, Michael. *The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process*. Australia: Allen & Unwin, 1998.

DENZIN, Norman E LINCOLN, Yvonna. *Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. Porto Alegre: Artemed, 2006 [2003].

FERNANDES, Carlos. *Dinâmicas de Pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique Pós-Independente: O caso do Centro dos Estudos Africanos*. Tese de Doutoramento em Estudos Étnicos e Africanos, Salvador: UFBA, 2011

FLORENCIO, Fernando. Christian Geffray e a Antropologia da Guerra: Ainda a propósito de *La Cause des Armes au Mozambique*. *Etnográfica*, Vol. VI (2): 347-364, 2002

GASPARETTO, Vera F. “É preciso visibilizar as alternativas ‘silenciadas do Sul’: entrevista com a moçambicana Isabel Casimiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e68330, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2020000100507&script=sci_arttext

GASPARETTO, Vera F. *Corredor de Saberes: vavasati vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique*. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Coorientadora: Isabel Maria Casimiro. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

GASPARETTO, Vera F., AMÂNCIO, Hélder P. Ana Loforte: história viva de um legado à Antropologia e aos estudos de gênero em Moçambique. *Rev. antropol.* (São Paulo, Online) | v. 63 n. 1: 214-226 | USP, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/168626/160465>

GASPARETTO, Vera; AMÂNCIO, Hélder P. Gênero e feminismos em África: temas, problemas e perspectivas analíticas. Simpósio Temático: “Leituras e olhares de (e) sobre África em perspectiva de gênero. Trajetórias, construções e percursos”. Anais do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, 2017, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499218752_ARQUIVO_GeneroefeminismoemAfrica_VeraeHelder.pdf

GASPARETTO, Vera Fátima. O campo dos estudos de gênero em Moçambique/África. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e68326, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100506

GASPARETTO, Vera; AMÂNCIO, Hélder; MAÚNGUE, Hélio. Ana Loforte e Isabel Casimiro: pioneiras dos estudos de gênero em Moçambique. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 – “Lugares de fala: direitos, diversidades. afetos”*. Instituto de Estudos de Gênero – UFSC: Florianópolis, 19 a 30 de julho de 2021.

GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1991[1990]

GEFFRAY, Christian. *Nem Pai nem Mãe: Crítica do Parentesco: o Caso Macua*, Lisboa, Edições Caminho, 2000[1990].

GEFFRAY, Christian. O impacto do trabalho migratório em Vilanculos. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia, 15 p. dactvl, 1983.

GEFFRAY, Christian. *Travail et Symbole en Pays Makhuwa*. Thèse de doctorat d'anthropologie (direction George Balandier), Paris, École des hautes études en sciences sociales, janvier, 430p. Multigr.1987.

JOSSIAS, Elísio E MARIANO, Esmeralda (Ed.). *Antropologia em busca da identidade: entrevista com a Professora Doutora Ana Maria Loforte*. Gazeta. N°1, Maputo: DAA/UEM, 2008.

LIBERMAN, Gloria et al. *Mulher no Desenvolvimento em Moçambique – Bibliografia Anotada*. DEMG/CEA: Maputo, agosto de 1993.

LOFORTE, Ana et al. *O Estatuto da Mulher em Moçambique*. OMM, Maputo, 1988.

LOFORTE, Ana. *Antropologia em Moçambique: Notas de um percurso*. Texto não publicado. Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia, 2012.

LOFORTE, Ana. *Género e Poder – Entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa, Ela por Ela, 2003.

MAMA, Amina. “What does it mean to do feminist research in African contexts?”. *Feminist Review Conference Proceedings*, 2011.

MAMA, Amina. *Gains and Challenges: Linking Theory and Practice*. Women's World's Congress: Keynote Address presented at opening ceremony, Makerere University, 21/07/2002. [Links]

MATOS, Maria Leonor Correia de. *Origens do povo chope segundo a tradição oral*. In: *Memórias*. Instituto de Investigação Científica de Moçambique. Vol. 10, Série C (Ciências Humanas), 1973.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial – Raça, Género e Sexualidade no embate colonial*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2010.

MUGABE, Nelson André. *Marcadores sociais da diferença e sentimentos no universo LGBT maputense*. *Cadernos de campo*, vol.28, n.2, São Paulo, 2019 pp. 306-324.

OGUNDIPE, Molar. “El término postfeminismo se está usando como si las necesidades del feminismo ya se hubieran alcanzado. Los estudios de género y el trabajo social no sólo se han convertido en una moda, sino también en una industria”. In: LAGARRIGA, Didac P. (Comp.). *Africana - Aportaciones para la descolonización del feminismo*. Barcelona: Oozeap, 2013. (Colección Pescando husmeos, n. 10)

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The invention of women: making an African sense of western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

SALO, Elaine. Amina Mama - Las fuentes históricas nos dicen que incluso las mujeres blancas han mirado siempre hacia África para encontrar alternativas a su subordinación. In: Várias Autoras. *Africana - Aportaciones para la descolonización del feminismo*. Colección Pescando husmeos, nº 10, Barcelona. Traducción y compilación: Dídac P. Lagarriga, 2013.

SARDAN, Olivier. *A política do trabalho de campo: sobre a produção de dados sócio-antropológicos*. Maputo: Alcance Editores, 2017[1995].

SOARES, Eliane V., MUTZENBERG, Remo. *Literatura, pensamento social e movimento de mulheres: um mosaico moçambicano*. Recife: Ed. UFPE, 2019.

TEIXEIRA, José. Ana Loforte e Antropologia em Moçambique. In: *Ma-chamaba* (Blog), 2012.

TRIPP, Aili M.; CASIMIRO, Isabel; KWESIGA, Joy; MUNGWA, Alice. *African Women's Movements – Transforming Political Landscapes*. Cambridge University Press, 2009.

Entrevistas

CASIMIRO, Isabel Maria. UEM [25 e 26 jan. 2018]. Entrevistador/a: Vera Gasparetto. Maputo - Moçambique, 2018. 3 arquivos.m4a (01:51:40, 01:57:09, 00:21:31 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: Vera Gasparetto e Débora Speck.

ENTREVISTA COLETIVA (EC) AMUDEIA. [13 out. 2017]. Entrevistadora: Vera Gasparetto. Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos.m4a (01:20:24 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: Lazaro Cossa.

LOFORTE, Ana. WLSA [06 dez. 2017]. Entrevistadora: Vera Gasparetto e Hélder Pires Amâncio. Maputo - Moçambique, 2017. 3 arquivos.m4a (00:03:53, 00:28:52, 00:29:00 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: Hélder Pires Amâncio.